



www.idn.gov.pt • idn@idn.mdn.gov.pt

Nº 24

Março/Abril
2008

Instituto da Defesa Nacional

Sarkozy e o Regresso da França à Política Internacional

Bernardo Pires de Lima
Investigador no IDN

Nicolas Sarkozy pode estar a atravessar um período de impopularidade interna mas, no campeonato do mundo, continua a mostrar que quer marcar uma era. A sua visão para a França é *gaullista* e ao mesmo tempo revolucionária. Segue, em certo sentido, o general quando procura confundir interesse nacional francês e interesse europeu, ou seja, quando fala da Europa e acaba por estar a pensar na sua França, como ficou patente na condução do dossier da União para o Mediterrâneo. É revolucionário quando pretende uma nova e ousada abordagem à esfera de influência tradicional francesa em África e ao reposicionamento estratégico de Paris, não no coração africano, mas bem no centro dos problemas da segurança internacional, o Golfo Pérsico.

Tal como Tony Blair, Sarkozy disse ao que vinha no dia da vitória eleitoral, em Maio de 2007. Num discurso que marcará o seu consulado (Agosto 2007), traçou com muita clareza o posicionamento da actual França: perto de Washington e de alcance global. O *Figaro*

mostraria, mesmo em toda a sua primeira página do dia seguinte, a nova política externa francesa: o mapa-mundo. Aliás, esta já havia sido a ideia com que Blair, exactamente uma década atrás, procurou definir o papel da Grã-Bretanha: a influência nos assuntos de segurança internacionais será mais bem sucedida quanto maior for a capacidade de influência junto da maior potência do sistema internacional, isto é os EUA. Neste sentido, Sarkozy é uma ruptura com o passado recente francês. Mais: é caso ímpar em toda a V República.

Mas estar perto de Washington não é apenas o meio de redefinição do seu estatuto internacional. É, também, uma forma de sedimentar a liderança francesa na política europeia: mais de metade dos Estados-membros ou futuros aderentes (não confundir com opiniões públicas) são aliados de Washington, basta olhar para o Leste, Balcãs (previsivelmente com excepção da Sérvia) e Turquia. Tal como Blair (embora sem o idealismo deste), Sarkozy quer liderar a União

pela via da defesa, sem com isso contestar a NATO. Aliás, é para o seu pilar militar que quer reentrar e é com a Aliança Atlântica que quer estruturar o novo conceito estratégico europeu na mesa do segundo semestre deste ano. O presidente francês reconhece com este passo que para obter o apoio de Washington e de Londres à política de segurança e defesa europeias precisa de dar algumas contrapartidas. E é precisamente aqui que o reforço do contingente francês no Afeganistão se enquadra e que a recente cimeira com Gordon Brown deve merecer especial atenção. Sarkozy percebeu já que sem a Grã-Bretanha, a capacidade militar europeia é incipiente e que sem os EUA, o poder europeu à escala global terá grandes dificuldades em triunfar.

Mas as semelhanças com Blair terminam aqui. Ao contrário deste, Sarkozy quer fazer valer o seu estatuto continental para reemergir no Mediterrâneo. A proposta feita no dia da vitória eleitoral sobre a União Mediterrânica tem tido um caminho sinuoso mas muito provavelmente triunfará. Inicialmente desenhada apenas entre a orla sul europeia e a norte africana, desceu um degrau na ambição e passou, com influência de Berlim e Londres, a incluir os 27 e a dosear a componente ideológica. É do interesse europeu e nacional criar desenvolvimento económico nessa

região, fixar as populações, reduzir a imigração ilegal, prevenir a radicalização islâmica e a infiltração ainda maior das redes terroristas. Mas é sobretudo vital que nos planos da segurança e energia existam plataformas políticas permanentes entre os dois lados. Sarkozy mostra perceber que a segurança europeia é sobretudo fruto da estabilidade na sua vizinhança. Só que esta não se fica pelo Mediterrâneo. Vai até ao Médio Oriente e Afeganistão, e aqui se vê o alcance do seu projecto ambicioso.

Seguramente por isto, Paris quebra uma longa tradição geoestratégica: desloca grande parte do seu aparelho militar fixado em África (Senegal, Gabão e Djibuti) para o Golfo Pérsico. Nele construirá a sua primeira base permanente em Abu Dhabi (Emirados), com 500 homens no estreito de Ormuz. É a necessidade a falar, não o hábito. É aqui que está o nó górdio da política actual, da energia à proliferação nuclear, do caldo islamita à flutuação dos mercados internacionais.

Talvez mais fundamental ainda seja a grande lição que Sarkozy dá no modo de fazer política na Europa: uma verdadeira ruptura com quadro ideológico europeu do pós-Guerra Fria, ao vincar a importância do *hard power* como parte essencial da política externa de qualquer país e da credibilidade europeia num universo repleto de ameaças e de comportamentos imprevisíveis. ■

O Desastre do Biocombustível

Henrique Raposo
Investigador no IDN

Os EUA e a UE lançaram-se na corrida ao etanol a gasolina “verde” (este biocombustível resulta da destilação de milho, cana-de-açúcar, etc.). Os apoios à produção de etanol estão mesmo no topo das medidas ecologistas dos governos ocidentais. Todavia, o etanol é um desastre completo: não é “amigo

do ambiente” e, acima de tudo, não é amigo da segurança alimentar mundial.

A alimentação é um dado adquirido para os ocidentais. Mesmo as famílias mais pobres nos EUA só gastam 16% do seu orçamento em alimentação. Mas, como apontou o *The New York Times*, uma família nigeriana

gasta 73% do seu orçamento em alimentos. Ou seja, qualquer subida acentuada no preço dos alimentos pode



gerar fome generalizada e caos social nos países do terceiro mundo. E, atenção, isso está a suceder neste preciso momento. Nos últimos dois anos, o preço do milho duplicou. O trigo aumentou 120% no último ano. O preço do arroz – a base da alimentação de metade do planeta – subiu 96% no último ano. De forma geral, os preços dos alimentos aumentaram 75% desde 2005. Jacques Diouf (FAO) declarou que o preço da alimentação aumentou 45% só nos últimos nove meses. Estas subidas astronómicas e repentinas estão a provocar revoltas e motins em vários países do mundo (Egipto, México, Paquistão, Haiti, Camarões, Burkina Faso, Filipinas, Jordânia, Birmânia, Bolívia, Senegal, Costa do Marfim, Mauritânia, etc.). Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, alertou para o perigo de sublevação social em 33 países e Jean Ping (União Africana)

descreveu esta situação usando uma expressão elucidativa: «tsunami humanitário».

Esta subida de preços tem duas causas:

- Uma maior procura de produtos alimentares por parte da crescente classe média dos países asiáticos (ex.: China e Índia);
- O aumento da produção de etanol no Ocidente.

A primeira causa é positiva e deve ser ainda mais estimulada: os asiáticos estão a elevar a sua qualidade de vida e, portanto, consomem mais alimentos. Naturalmente! A segunda causa, ao invés, está a revelar uma natureza perniciosa e deve ser estancada: ao produzir etanol, os ocidentais estão a elevar o preço da alimentação de forma insustentável para o resto do mundo. O Ocidente não pode satisfazer a sua agenda verde às custas das necessidades básicas do resto da população mundial. No ano passado, um terço do milho americano foi usado na produção de etanol. Os EUA produzem 70% do milho mundial. Se Washington dirige grande parte desta produção para a destilação de etanol, então, os preços mundiais da farinha sobem em flecha. Como salienta o *The Economist*, encher um tanque de combustível com etanol implica gastar o milho suficiente para alimentar uma pessoa durante um ano. Lester Brown (*Earth Policy Institute*) afirma que estamos a assistir à competição entre 800 milhões de automobilistas (que querem manter a sua mobilidade) e 2 biliões de pobres famintos (que querem simplesmente comer). Esta é uma competição intolerável. Transformar alimentos em combustível é, no mínimo, uma actividade questionável, sobretudo quando implica a subida dos preços dos alimentos na ordem dos 100%. O governo federal americano subsidia em 51 cêntimos cada galão de etanol produzido nos EUA (e taxa a 54 cêntimos cada galão importado). Na Europa, o etanol é subsidiado a partir de impostos retirados dos produtos petrolíferos

e o galão de etanol importado é taxado na casa dos 70 centavos. Estas intervenções políticas na produção de etanol começam a ser insustentáveis e ilegítimas. O Ocidente não pode preocupar-se com o destino do Ambiente e, ao mesmo tempo, desligar-se do destino dos outros povos. O Ocidente não pode colocar alimentos nos tanques de gasolina e, com isso, fazer com que o resto do mundo passe, literalmente, fome. Em acréscimo, o etanol não é “amigo do ambiente”. Muito pelo contrário. No Brasil, na Malásia, na Indonésia, etc., a revolução do etanol está a provocar desflorestações em massa. Como salienta um dos especialistas neste assunto, Tim Searchinger, a produção de etanol conduz à destruição de florestas (os agricultores destroem florestas para obter terras



aráveis). Na ânsia de produzir uma gasolina “verde” (em substituição da gasolina clássica e poluente), os defensores do etanol legitimaram a destruição de enormes manchas florestais. Por outras palavras, a revolução do etanol está a aumentar – e não a diminuir - o aquecimento global. Mais: como salienta o *Institute for Agriculture and Trade Policy*, o etanol é um desastre em termos de consumo de água: uma destilaria que produz 50 milhões de galões de etanol por ano necessita de 500 galões de água por minuto. Com amigos destes, o Ambiente não precisa de inimigos.

Todavia, apesar destes factos (o aumento do preço dos cereais, as desflorestações, etc.), o etanol parece que veio para ficar. Nos EUA, desde o início do século, o número de destilarias de etanol subiu de 50 para 140 (só entre 2005 e 2006 foram construídas 54). E mais 60 estão em construção. Este *boom* tem uma causa política: George W. Bush emitiu uma lei que requer a quintuplicação da produção de etanol americano até 2020. Todos os candidatos na corrida presidencial – Obama, Clinton e McCain – vêm no etanol uma boa solução “verde”. O mesmo se passa na Europa; a UE estabeleceu a seguinte meta: o etanol deve satisfazer 10% das necessidades europeias até 2020. De facto, incentivar o etanol é a forma mais fácil e rápida de um político mostrar preocupação com o ambiente. Sucede que, neste caso, o etanol é tudo menos “amigo do ambiente”. E – além de constituir um perigo ambiental - o etanol é um perigo para a segurança alimentar do planeta.

Os políticos ocidentais deviam ser mais cépticos em relação ao tremendismo dos movimentos ecologistas. Na ânsia de *venderem* uma imagem verde à opinião pública, os governos podem tomar medidas precipitadas e com consequências dantescas. Apoiar o etanol é o caso paradigmático dessa precipitação provocada pelo tremendismo ecologista que campeia nas sociedades ocidentais. A UE, como salientou Peter Sain Ley Berry (EuObserver.com), deve deixar cair a meta dos 10% de etanol em 2020. É inaceitável que o negócio do biocombustível «seja uma ameaça à situação de abastecimento de pessoas que já vivem na pobreza» (Heidemarie Wieczorek-Zeul, ministra alemã para o desenvolvimento).

Nota final: a revolução do etanol também está a ser alimentada pelos lóbis agrícolas ocidentais que vivem à sombra do proteccionismo agrícola; o etanol parece ser mais uma forma de reforçar esse proteccionismo agrícola ocidental. Mas isto já é outro assunto. ■

Respostas Integradas: um Compromisso de Longo Prazo

Carlos Coutinho Rodrigues

Coronel Artº, Assessor de Estudos do IDN

Até aos anos noventa poucos previam que as questões ligadas à estabilização e à reconstrução no pós-conflito se tornariam num dos desafios mais sérios e duradouros do século XXI, sabendo-se hoje que as operações militares são apenas um dos instrumentos requeridos. A situação pós-conflito compreende tarefas militares e civis – garantia da segurança e da protecção das pessoas e das instituições, fornecimento de bens e serviços básicos, criação de estruturas políticas, sociais e económicas, reconciliação dos grupos e a prática das regras de convivência.

Os conflitos no Afeganistão e no Iraque revelaram falta de preparação para a reconstrução dos Estados, quer por parte dos Estados intervenientes quer das Organizações Internacionais e as lições identificadas mostram que é necessária uma resposta militar e civil integrada e alargada para a estabilização e reconstrução no pós-conflito.

Assiste-se a uma intensa discussão em torno destas questões e sobre o papel que poderá estar reservado às Organizações Internacionais e em particular à NATO, por esta dominar hoje a componente militar da situação pós-conflito, garantindo a segurança e a estabilidade em regiões de crise, casos dos Balcãs e do Afeganistão, e porque está a aplicar uma abordagem integrada, embora limitada, através dos *Provincial Reconstruction Teams* (PRT), no Afeganistão.

A Cimeira da NATO que decorreu em Bucareste, entre 2 e 4 de Abril, sublinhou com particular ênfase a questão do Afeganistão e do compromisso de longo prazo pedido à comunidade internacional para a sua estabilização e desenvolvimento, apoiando e reconhecendo a necessidade de liderança e a

assumpção de responsabilidades pelas autoridades afegãs e incentivando uma abordagem integrada e conjugadora de esforços. O empenhamento da NATO no Afeganistão tornou-se absolutamente decisivo para o futuro da organização e para a estabilidade internacional, devendo tomar-se boa nota da visão concertada dos países da NATO, do Presidente Hamid Karzai do Afeganistão e do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmada por todos em Bucareste.



Presidente Karzai, Secretário-geral da NATO Jaap de Hoop Scheffer e Ban Ki-Moon (PHOTO: NATO)

É esse também o sentido do relatório *Report of the Secretary-General on situation in Afghanistan and its implications for international peace and security*, apresentado por Ban Ki-moon, ao Conselho de Segurança, em 6 de Março de 2008, que apresenta com grande rigor e clareza a importância da participação activa da comunidade internacional numa perspectiva de estreita cooperação com as autoridades e o povo do Afeganistão.

O referido relatório faz referência ao facto de dois anos após a aprovação do Pacto para o Afeganistão, a transição política do país continuar a enfrentar problemas sérios decorrentes da acção dos talibãs e

dos grupos armados que lhe estão associados e da “economia da droga”, que por si só constituem ameaças fundamentais para as frágeis instituições políticas, económicas e sociais. No terreno, apesar de alguns sucessos tácticos das forças armadas nacionais e internacionais, os elementos antigovernamentais estão longe de ser derrotados. Ainda segundo o mesmo documento, trinta e seis dos trezentos e setenta e seis distritos, incluindo a maioria dos distritos das zonas oriental, sudeste e meridional, continuam praticamente inacessíveis ao governo afegão e à assistência humanitária. A inexistente ou errada governação e as insuficientes actividades no âmbito do desenvolvimento criam um ambiente favorável às forças antigovernamentais.

No capítulo da segurança, cresceram em 2007 as actividades de subversão e terrorismo, em comparação com o ano anterior, tendo sido registada uma média de 566 incidentes por mês. Das 8000 baixas relacionadas com o conflito, mais de 1500 foram civis. Apesar do apoio e protecção de alguns elementos da comunidade afegã, as actividades subversivas apoiam-se essencialmente em redes externas ao país que as lideram, planificam, equipam e financiam.

Do efectivo de 80.000 militares aprovado recentemente, o Exército Nacional do Afeganistão tem mais de 49.000 e é composto essencialmente por uma componente de 13 brigadas de infantaria ligeira, uma brigada de comandos e uma brigada mecanizada. A capacidade de contra-subversão do exército afegão será a resultante da pressão para o aumento da prontidão, a curto prazo, e para a profissionalização das

estruturas de comando e controlo, a longo prazo. A concretização deste objectivo depende muito da acção da *International Security Assistance Force* (ISAF), através do programa *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT), elemento chave na missão de apoio à formação do *Afghan National Army* (ANA).

Por outro lado, a profissionalização e o funcionamento da Polícia Nacional afegã estão a um nível inferior ao do Exército e o efeito das iniciativas reformistas não é visível. A corrupção é um problema importante e os processos ligados às finanças, ao pessoal, aos recursos materiais e ao armamento são pouco credíveis.

A ISAF, com um efectivo de 41.700 militares, realizou várias operações com êxito em zonas de grande instabilidade e presta uma assistência importante através das PRT. Possui no entanto limitações relacionadas com carência de efectivos e restrições ao emprego da força por parte de alguns países. Está projectado para este ano o reequilíbrio das responsabilidades assumidas pela ISAF e pelas forças afegãs, em função das capacidades respectivas.

O mandato geral da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), estabelecido em 2006



Comandos no Afeganistão com viaturas URO (Foto 2CCmdos)

em consulta com o Governo do Afeganistão, após a conclusão da componente política do processo de Bona, continua a ser a base da missão, reservando às Nações Unidas o papel central e imparcial de direcção das actividades da comunidade internacional. Tal exige o reforço da capacidade de coordenação e a consolidação de uma liderança afegã decorrente do apoio internacional.

As actividades da UNAMA deverão orientar-se, entre os aspectos políticos, económicos, sociais e

humanitários, pelo reforço da cooperação com a *International Security Assistance Force* (ISAF) sustentado no planeamento e na execução de processos estratégicos e operacionais integrados. Devem assegurar - a troca de informação em tempo real, essencial à avaliação comum do estado de resistência ao Governo do Afeganistão e respectivas respostas; a determinação das tarefas da ISAF, da comunidade que presta assistência – incluindo as Organizações Não-Governamentais e os PRT -, do Governo, da UNAMA e de outras entidades das Nações Unidas para o reforço das instituições governamentais e do seu trabalho em todo o país; a garantia de que todas estas entidades actuam de forma integrada e complementar no processo de desenvolvimento e estabilização, dirigido pelo Afeganistão.

Voltando à Cimeira de Bucareste, a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo, produzida após o encontro do *North Atlantic Council*, a 3 de Abril de 2008, reforça a vontade de enfrentar as ameaças do século XXI através do conceito de defesa colectiva, no respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas, fazendo depender o êxito das actuais mudanças no âmbito da segurança de uma actuação multilateral, que envolva a comunidade internacional, como parte de uma abordagem integrada, conjunta e alargada, incluindo as organizações não governamentais e as estruturas locais e regionais.

ANATO, assumindo a sua natureza político-militar, havia aprovado anteriormente, na Cimeira de Riga, o documento *Comprehensive Political Guidance*, que estabelece a intenção de não serem desenvolvidos meios específicos para fins civis e em que se reconhece que os conflitos actuais se desenrolam em ambientes complexos e multidimensionais, que tornam inviável a sua resolução através de acções exclusivamente militares, antes exigindo o emprego combinado e unificado dos meios nacionais e aliados.

Nos próximos 10 a 15 anos, horizonte temporal do documento, o ambiente internacional obrigará a lidar com ameaças e riscos convencionais mas também, e especialmente, assimétricos, onde quer que surjam, requerendo aptidão e flexibilidade para conduzir operações em circunstâncias que envolvem esforços de diferentes autoridades, instituições e países, obrigando a uma coordenação e abrangência elevadas para obter os resultados desejados, com os diferentes actores a desenvolver, em simultâneo, missões e tarefas de combate, de estabilização, de reconstrução, de reconciliação e humanitárias.

É requerida a aplicação de capacidades militares em operações de estabilização e reconstrução, colocando o esforço em todas as fases de uma situação de crise, incluindo a criação de um ambiente seguro e fiável, percorrendo o espectro das missões



Photo ISAF MIRROR (NATO)

militares e o apoio à reforma do sector da segurança, onde estão incluídas a desmobilização, o desarmamento, a reintegração e a ajuda humanitária. Para responder ao desafio da segurança e da estabilização em Teatros de Operações como o do Afeganistão, é necessária uma abordagem comum que integre a segurança, a governação, o estado de direito, os direitos humanos e o desenvolvimento económico e social. As respostas integradas obtêm-se fazendo interagir os Estados e as Organizações Internacionais, num esforço de longo prazo. ■

A Geórgia, a Ucrânia e a NATO: o Debate entre Interesses e Valores

Diana Soller
Investigadora no IDN

A Cimeira de Bucareste pode parecer um encontro de consensos, principalmente devido à convergência de dois países que são, tradicionalmente, amistosos rivais: os Estados Unidos e a França. O principal responsável é Nicolas Sarkozy, que tem encetado uma política externa de aproximação a Washington, forçando uma nova Aliança Atlântica com uma França muito mais activa, que possivelmente integrará a estrutura militar da NATO, mas George W. Bush – ao contrário de Clinton, no passado – recebeu com entusiasmo a iniciativa francesa. No final da reunião dos 26, ficaram as promessas de mais efectivos para o Afeganistão e um maior empenhamento Europeu no esforço transatlântico.

São, decerto, sinais positivos, que ofuscam questões pendentes, que podem vir a pôr em questão a coesão da Aliança. Aqui, aponta-se uma: a futura adesão da Ucrânia e da Geórgia na Aliança Atlântica. Já se sabia que o convite formal para a entrada destes países do Cáucaso na NATO não seria para já, conheciam-se antecipadamente as reticências de alguns estados europeus, mas George W. Bush, indiferente a isso, marcou a posição americana ao passar por Kiev no caminho para Bucareste. Lá, o presidente americano afirmou inequivocamente que apoiava um Plano de Acção para Adesão à NATO para a Ucrânia e a Geórgia, e que a Rússia nada teria a dizer sobre o processo, uma vez que não pertence à Aliança.

Apesar do pouco ênfase colocado nesta visita diplomática – abafado pela boa estrela francesa e o início do processo de adesão da Croácia e da Albânia – esta marca uma das maiores clivagens entre europeus e americanos relativamente à Aliança Atlântica; a nível estratégico, e, também, num nível ideológico mais profundo.

Em primeiro lugar as questões estratégicas: alguns estados europeus – curiosamente neste grupo figuram mais Estados da Europa Ocidental do que da Europa de Leste – vêm a entrada da Ucrânia e da Geórgia na NATO como o prenúncio de uma ameaça. Vladimir Putin já tem declarado – fazendo eco do Conceito de Defesa Nacional Russo – que a chegada da NATO às suas fronteiras será lida como uma invasão do espaço de segurança russo e que Moscovo tomará providências para a neutralizar. Sabe-se que a Rússia não tem o poder de outros tempos, mas há quem, na Europa, veja a extensão da NATO como a criação de um problema difícil a longo prazo.

Nos Estados Unidos, o apoio a Estados recém democratizados a quem Moscovo faz a vida difícil tem sido uma política constante desde a queda do Muro de Berlim. Washington vê Moscovo como um Estado enfraquecido (não como um rival, os EUA não pretendem reeditar a Guerra Fria), que ainda tenta impor a sua vontade aos países circundantes, violando um dos princípios mais enraizados na política externa norte-americana: o da autodeterminação. Além disso, Washington vê com agrado o estabelecimento de alianças com países que possam conter a Rússia um dia que esta se torne mais forte. A Geórgia, e especialmente, a Ucrânia, parecem feitas de encomenda para o pretendido efeito.

Mas por trás destas considerações estratégicas estão duas visões do mundo mais profundas. A Alemanha acredita que “a Ucrânia e a Geórgia ainda não estão preparadas para a NATO”, o que condiz com um certo grau de cepticismo em relação à “emergência da democracia” como conceito. Os europeus tendem a ver o processo democrático como uma construção morosa, com desvios no processo – como lhes indica a sua própria

história e a observação empírica dos factos, - optando por conseguinte, por ser mais exigentes quanto às garantias que vão pedindo a quem diz que está a mudar. Somados motivos estratégicos e ideológicos, o risco de admitir a Geórgia e a Ucrânia é, de alguma forma, bastante elevado.

Já o pensamento norte-americano vai em direcção diferente. A visão “lockiana” de que a liberdade é o estado natural do homem (uma ideia que tem perdurado ao longo dos séculos e que se intensificou no fim do conflito bipolar), os EUA tendem a acreditar que removidos os entraves à democracia – leia-se a URSS – esta reaparece naturalmente. Foi este, aliás, um dos princípios que inspirou o alargamento da NATO nos anos 1990 e a doutrina Clinton, que acentuava a importância da democratização para a estabilidade internacional. O apoio aos países que procuram a via democrática é uma das continuidades Clinton-Bush e uma das mais antigas heranças da tradição da política externa norte-americana, um ponto de convergência entre o “liberalismo

progressista” de Lincoln e o “idealismo” de Wilson. Somados motivos estratégicos e ideológicos, é de esperar que o apoio à Ucrânia e à Geórgia se mantenha, venha quem vier para a Casa Branca.

Enquanto decorre o debate, há duas questões que convém não esquecer. Primeira: este alargamento da NATO tenderá a provocar a necessidade de reavaliar a relação dos estados europeus com Rússia, para um novo paradigma mais imprevisível e inseguro. Segunda: a Geórgia e a Ucrânia fizeram opções estratégicas de fundo com base nas promessas dos ideais ocidentais (veiculadas durante décadas, na propaganda da Guerra Fria) e do apoio de estados democráticos (expresso desde a queda do Muro de Berlim). Estas escolhas têm-lhes valido alguns dissabores com Moscovo; se estes dois factores são os mais importantes na decisão de alargar a NATO ao Cáucaso, então o futuro da organização poderá ter de passar por um dilema entre os seus interesses actuais e os seus valores fundadores. ■

Actividades do IDN

Publicações

Colecção Atena

Durante o mês de Junho será divulgado o volume 23 da Colecção Atena intitulado *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX*.

Nos últimos 200 anos, Portugal conheceu grandes viragens políticas, com a substituição violenta de classes governantes e profundas transformações do sistema político-constitucional: por exemplo, a revolução liberal, (...) a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, (...) a revolução “nacional” do 28 de Maio de 1926, (...) e a revolução democrática do 25 de Abril de 1974 (...). Em que medida e como é que as relações externas do país, a defesa da soberania e integridade territorial e a manutenção da paz e segurança internas foram ou não afectadas por estas mudanças políticas e constitucionais?

Os estudos reunidos neste volume foram resultado de um conjunto de reflexões apresentadas no decurso de um colóquio organizado em 2005 pelo Instituto da Defesa Nacional em parceria com o Instituto de Ciências Sociais e tiveram como objectivo analisar historicamente o impacto das quatro grandes revoluções político-constitucionais que definiram a nossa história contemporânea sobre o curso da política externa e das políticas de defesa e ordem pública.

Este volume irá ser publicado com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.



Cadernos do IDN

Já se encontra *online* o Caderno do IDN nº 5, intitulado *Conselho de Segurança das Nações Unidas. Modelos de Reforma Institucional* da Mestre Francisca Saraiva, investigadora no IDN.

Este estudo procura identificar os problemas, ao nível da estrutura e do modo de organização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS), que podem condicionar o sucesso da reforma, não deixando de procurar analisar um outro aspecto, na verdade um dos mais pertinentes quando se fala de reforma: o claro desconforto em relação a algumas das resoluções (na verdade poucas mas de grande relevância) aprovadas pelo CS ao longo dos últimos anos.

cadernos.do.idn
publicação digital não periódica

Conselho de Segurança das Nações Unidas
Modelos de Reforma Institucional

Francisca Saraiva

Revista Nação e Defesa

A revista Nação e Defesa nº 119 (Primavera 2008) irá ser publicada no final do mês de Maio. Este número resulta, parcialmente, de um seminário organizado pelo Instituto da Defesa Nacional em Outubro de 2007 sobre *Transição Democrática no Mediterrâneo*, tema que não é apenas prioritário nas agendas políticas das organizações internacionais e dos Estados, mas também um tema central das agendas de investigação científica.

Serão publicados 4 artigos temáticos e 5 artigos extra-temáticos:

- Notes sur la Transition Démocratique en Turquie, *Didier Billion*
- Democratic Transition in Morocco: Achievements and Future Challenges, *Mohammed Bouzidi*
- Perspectivas de Democratização no Líbano, *Carlos Madeira Ferreira*
- Democratic Transition in the Mediterranean and Europe's Role, *Michael Meyer Resende*
- Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas, *Alexandre Carriço*
- Uma Perspectiva da "Nova" Conflitualidade Africana, *Luís Bernardino*
- A Política Europeia de Vizinhança para o Cáucaso do Sul: Interesses Competitivos e Oportunidades de Cooperação, *Raquel Freire e Licínia Simão*
- Identidade e Diferença. A Cultura como Factor de Defesa e Coesão, *Guilherme d'Oliveira Martins*
- A Nuclearização da Coreia do Norte: da Sustentabilidade do Regime à Ameaça de Proliferação, *Vasco Rato e Bernardo Pires de Lima*

XXIII Jornadas IEEE-IDN



Decorreu na Universidade Pablo de Olavide em Sevilha nos dias 1 e 2 de Abril, as XXIII Jornadas IEEE-IDN, sob o tema *O Cenário Estratégico do Século XXI: Respostas Internacionais a Desafios Globais*.

Estas Jornadas pretendem ser um centro de reflexão e debate académico sobre as grandes questões da política de segurança e defesa dos países da União Europeia. Esta edição presta uma especial atenção à análise das grandes questões estratégicas deste século bem como à resposta dos países que nos rodeiam a um conjunto de problemas que são autênticos desafios à segurança global.

Estas Jornadas realizam-se desde 1988 entre o IDN e o seu homólogo espanhol, tendo este ano sido dada particular atenção às relações bilaterais Espanha-Portugal e aos desafios comuns que ambos os países devem enfrentar.

Mais informações em:

http://www.ieee.es/archivos/subidos/Actividades/2008_P_Olavide_Triptico.pdf

IX Curso de Defesa para Jovens

O Instituto da Defesa Nacional tem vindo a procurar que camadas mais vastas da população sejam sensibilizadas para as questões em torno da segurança e defesa, diversificando as metodologias de divulgação conforme os destinatários. Nesse sentido realizou-se o *IX Curso de Defesa para Jovens* entre 5 e 10 de Maio de 2008.

Participaram no Curso jovens licenciados e estudantes universitários, entre os 21 e os 30 anos. O objectivo principal foi a sensibilização e o esclarecimento de potenciais dirigentes/quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, sobre as grandes questões da Segurança e Defesa Nacional, numa óptica de abordagem multidisciplinar e interdepartamental.

O curso procurou ainda promover o relacionamento entre jovens de formações académicas, experiências e áreas profissionais diversificadas, através de um programa de actividades que incluiu conferências, debates, trabalhos de grupo, visitas de estudo e outras actividades.



IX Curso de Defesa para Jovens
Maio de 2008

Mesa Redonda *Implicações do Tratado de Lisboa no Quadro da PCSD*

O Instituto da Defesa Nacional e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal realizaram, no quadro das suas actividades e em parceria, uma Mesa Redonda subordinada ao tema *Implicações do Tratado de Lisboa no Quadro da Política Comum de Segurança e Defesa*, no dia 20 de Fevereiro de 2008, nas instalações do IDN em Lisboa.



No quadro da Estratégia de Segurança Europeia, considerando o papel que a União Europeia pretende consolidar enquanto actor interventor na prossecução da paz e segurança internacionais, bem como a percepção definida relativamente à necessidade de reformar os instrumentos considerados



indispensáveis à prossecução dos objectivos estratégicos comuns para enfrentar os desafios globais, pretende-se reflectir sobre as implicações do Tratado de Lisboa no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum – PESC, em particular no que toca à PESD, agora designada por Política Comum de Segurança e Defesa – PCSD, tendo igualmente em conta a sua influência na política de Defesa Nacional portuguesa.

Os temas levados a debate foram:

- A Influência na capacidade de decisão e de acção da UE no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa;
- A Avaliação dos efeitos e tendências sobre os Estados-Membros;
- As Implicações para a política portuguesa de Defesa Nacional.

Comissão organizadora:

- Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes
- Dr.^a Teresa Leal Coelho
- MGen. Mário Lemos Pires
- Cor. Américo Rodrigues de Paula